

BRASILEIROS EM PORTUGAL: Novos Movimentos Migratórios ou Volta às Origens?

Lúcia Maria Machado Bógus*

A emigração de brasileiros¹ para outros países do mundo é parte de um processo de mobilidade espacial que vem se acentuando ao longo da última década e pelo qual os países industrializados passaram a receber milhares de trabalhadores, sobretudo jovens, que deixaram seus países de origem em busca de novas oportunidades de trabalho e melhores condições de vida.

O Relatório do Fundo das Nações Unidas para a População de 1993, alerta que as migrações poderão tornar-se o grande problema deste final de século, lembrando que é da responsabilidade de cada país garantir condições de desenvolvimento que respondam, diretamente, às necessidades de seus cidadãos, onde quer que se encontrem. De acordo com o Relatório, a pobreza e a "insegurança social" são os grandes responsáveis pelas migrações internacionais que constituem, em alguns casos, a única alternativa possível para a realização dos ideais de ascensão social e em muitos outros, a chance de garantir a sobrevivência (ONU, 1993).

Considerando-se apenas o período de 1980 a 1992, a Europa recebeu 15 milhões de migrantes, a maior parte para residência definitiva, provenientes sobretudo dos países africanos (FNUAP/ONU, 1993). Desse enorme contingente, os brasileiros constituem um pequeno percentual; entretanto, já começam a ter certa visibilidade numérica, particularmente na Itália e em Portugal, de onde partiram os mais significativos fluxos migratórios para o Brasil em diferentes momentos da nossa história.

De acordo com estimativas apresentadas em agosto de 1991, pela Revista Veja, existiam naqueles dois países cerca de 75 mil brasileiros residentes - 45 mil na Itália e 30 mil em Portugal. Comparando-se esses números com as informações oficiais, é de supor que a situação de clandestinidade dos migrantes seja bastante acentuada, já que no caso de Portugal, o INE (Instituto Nacional de Estatísticas) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, registravam apenas 12.678 brasileiros residentes legalizados, naquele mesmo ano. Por outro lado, de acordo com dados fornecidos pelo Itamaraty, existiam em 1994, 15 mil brasileiros residindo legalmente na Itália e 21 mil em Portugal.

Apesar das disparidades dessas informações, num aspecto, entretanto, as estatísticas convergem: a maior parte dos brasileiros que migraram recentemente para aqueles dois países é constituída por jovens de média qualificação mas dispostos a dedicarem-se à serviços mal remunerados, quase sempre desvinculados do preparo profissional adquirido no país de origem.

Trataremos aqui, particularmente da emigração brasileira para Portugal, onde é expressiva a presença de profissionais liberais, sobretudo na área de odontologia (com problemas de legalização profissional já bastante divulgados pela imprensa) e, mais recentemente, nas áreas de propaganda e marketing.

"Esta situação, para além de refletir a emergência dos novos padrões de mobilidade profissional, decorre quer da presença crescente de multinacionais no

território português, quer do processo de modernização do tecido empresarial nacional, registrando-se um recurso crescente a especialistas em domínios só recentemente desenvolvidos. É precisamente nas profissões mais qualificadas que o peso dos estrangeiros activos com residência legalizada é mais elevado. (Malheiros, 1993: 107)

Conforme esse autor, existe uma "dicotomia profissional" no seio da população estrangeira residente em Portugal, com tendência ao aumento do peso relativo dos trabalhadores mais qualificados face aos desqualificados. Dentre esses últimos, sobressaem os estrangeiros em situação irregular, a maioria exercendo funções pouco qualificadas na indústria e na construção civil.

No caso português, pode-se afirmar que houve uma verdadeira inversão de sentido nos fluxos migratórios em relação ao Brasil, embora com intensidade diferente. Tradicionalmente a emigração foi um processo que acompanhou a história daquele país como um de seus fatores estruturais. Em período recente, notadamente após 1974, a situação alterou-se substancialmente e Portugal tornou-se importante área de recepção de imigrantes, destacando-se os brasileiros a partir dos anos 80.

A migração de retorno, no caso de portugueses residentes fora de Portugal, também ganhou importância à medida que fêz-se muitas vezes acompanhada pela família constituída no país de acolha. Nesse fluxo, têm chegado muitos chefes de família com filhos e até netos nascidos nos

principais países de destino dos fluxos mais antigos. Conforme informações (entrevista realizada com o vice-cônsul brasileiro em Lisboa, em julho de 1994), o Brasil vem ocupando lugar de destaque nesses movimentos de retorno familiar.

As primeiras áreas de residência dos retornados e suas famílias são geralmente aquelas de origem do chefe, onde este costuma permanecer, atuando como âncora para os mais jovens, que logo buscam as cidades maiores ou a área metropolitana de Lisboa para inserção no mercado de trabalho e/ou estudo. A presença do chefe que retorna é também fundamental para garantir o estabelecimento de redes sociais e acionar mecanismos de acolha, os quais facilitam enormemente a inserção dos mais jovens em atividades produtivas e até mesmo em escolas e universidades, onde muitos completam sua escolarização. Em alguns casos, a posse de terras, por herança familiar, funciona como um facilitador do processo de legalização para todos os membros da família.

Quanto às áreas escolhidas para

residência e trabalho dos imigrantes brasileiros, destacam-se a Área Metropolitana de Lisboa, com 35% e a Região do Porto com 20% do total dos residentes legalizados, pois é aí que se concentram as maiores oportunidades de trabalho. Nessas cidades, tal como ocorre em todo território português, os brasileiros estão dispersos, sem segregar-se, em áreas residenciais ou de convivência social. Misturam-se facilmente aos portugueses, graças sobretudo à semelhança cultural e à difusão de hábitos, já há muito realizada pelas telenovelas brasileiras. A segregação é evidente, por outro lado, para a população africana negra - das ex-colônias portuguesas libertas -, constituindo um nítido indicador de um processo de discriminação racial e social.

FLUXOS MIGRATÓRIOS E MERCADO DE TRABALHO

Quanto aos novos fluxos migratórios, oriundos do Brasil, a forte presença de

jovens vem provocando pressões num mercado de trabalho em transformação, onde as exigências de qualificação profissional tornam-se cada vez maiores. Apesar da presença de uma população nacional envelhecida, a criação de novos postos de trabalho tem sido insuficiente para atender à demanda dos mais jovens, sejam portugueses ou imigrantes estrangeiros. Muitos dos jovens portugueses ainda deixam o país - grande parte na clandestinidade - para tentar a inserção em outros mercados de trabalho, tanto europeus como não-europeus (EUA, Venezuela, Canadá, Austrália são destinos comuns).

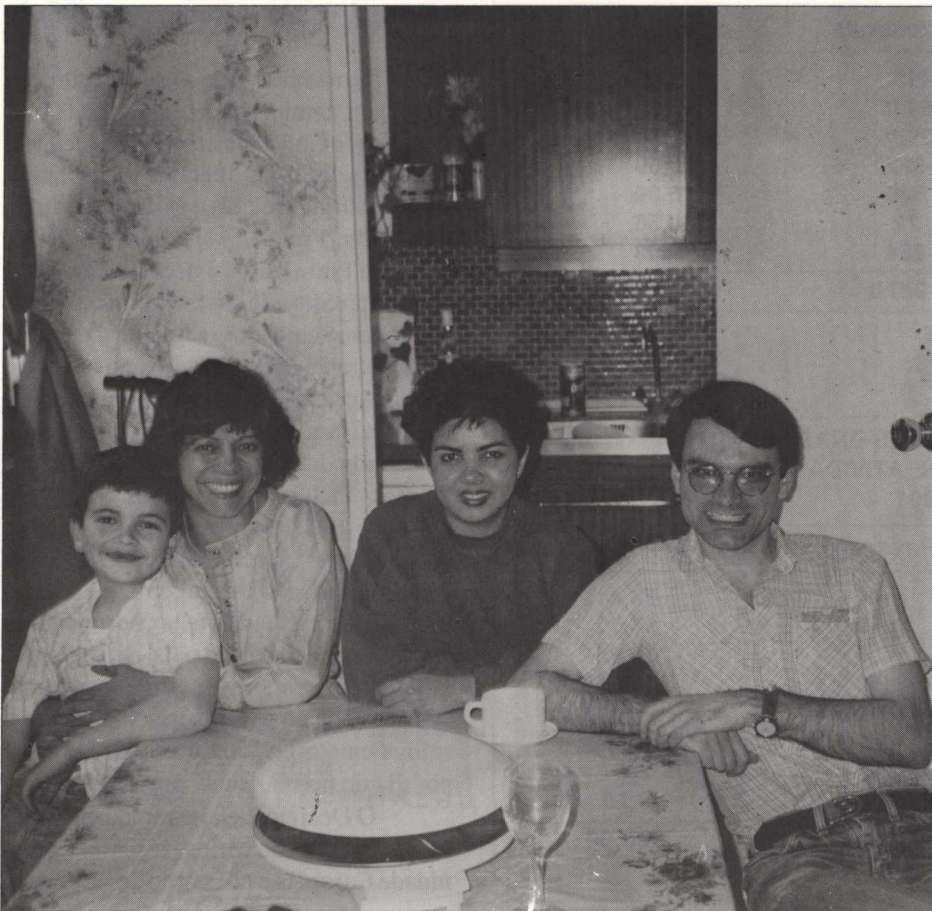
Conforme Almeida et Alii, 1993 “(...) Não se pode falar de fim de emigração nos anos 70 e 80 em Portugal, apesar de ter diminuído a visibilidade pública desse persistente fenômeno. Embora em número muitíssimo menor, continuaram a registrar-se saídas do país. No período de 1981 a 1985, por exemplo, o número médio de saídas anuais cifrou-se nos 10 mil indivíduos, ao passo que na segunda metade da década de 60, esse mesmo volume médio anual de saídas foi de cerca de 126 mil pessoas” (1993, mimeo).

Para os que permaneceram, tem sido crescente a concorrência no mercado de trabalho interno, a partir dos anos 80, tanto de mão-de-obra qualificada (em menor número), como não qualificada, dada a grande presença de imigrantes. Estima-se que existam, atualmente, mais de 100 mil imigrantes, não-europeus, residindo em Portugal.

Os imigrantes menos qualificados são oriundos da África (inclusive do Zaire e do Senegal). Dentre os cabo-verdianos, que são o maior contingente, e os procedentes da Guiné, predomina a inserção, em geral precária, nos setores da construção civil e de obras públicas. Esses grupos possuem condições de vida extremamente desfavoráveis. No grupo dos indianos predominam as atividades comerciais, por conta própria, da mesma forma que entre os ex-emigrantes portugueses, que retornaram sozinhos ou com suas famílias. Dentre estes últimos, o trabalho por conta própria é um indicador de ascensão social em relação à situação anterior à migração, quando a maioria trabalhava na condição de assalariado. (Almeida et Alii, 1993).

Foto: Arquivo pessoal - Dornelas

Brasileiros na CEE



Conforme já afirmado, os imigrantes brasileiros estão entre aqueles que apresentam maiores níveis de qualificação profissional e maior grau de escolarização. Dentre os que viviam legalmente no país em 1991 (segundo dados do INE), 28,4% eram profissionais liberais, 27,3% eram estudantes, 16% encontravam-se alocados em empregos de média qualificação (técnicos, empregados de escritório, bancários...), 10,3% trabalhavam como professores e apenas 5,3% em setores não qualificados (operários, construção civil), conforme ilustram as tabelas a seguir. É importante ainda mencionar que do total dos brasileiros residentes ativos, 22% trabalhavam por conta própria, o que também é encarado por eles como um indicador de ascensão social.

Quanto à distribuição etária desses imigrantes, existe uma forte concentração dos grupos entre 15 e 34 anos (80%), permitindo qualificar esses fluxos como sendo, em grande parte, de "migração

para trabalho".

No período de 1960 a 1991, o saldo dos grandes movimentos de população, brevemente caracterizados, resultou - a par do saldo vegetativo - num aumento de população em Portugal, da ordem de 1 milhão de pessoas.

Apesar da situação de clandestinidade de grande parcela dos imigrantes brasileiros, sua presença em Portugal é relativamente antiga. Em 1960, constituíam a segunda comunidade estrangeira do país com 6.357 residentes, depois da espanhola com 11.713 (Censo de Portugal, 1960), e correspondiam a cerca de 1/5 dos estrangeiros residentes no país. Deve aqui destacar-se o efeito de contracorrente à emigração portuguesa para o Brasil, especialmente entre 1870 e 1960, momento em que a América como área de destino (sobretudo Brasil) foi substituída pelos países europeus, principalmente França.

Entre 1960 e 1981, o significado da

comunidade brasileira em Portugal diminuiu em termos relativos, especialmente devido ao crescimento das comunidades africanas, fenômeno associado, entre outros aspectos, à descolonização da África (ocorrida entre 1974 e 1976).

Recentemente, após um período de relativa estagnação do fluxo, a emigração brasileira para Portugal voltou a crescer, ocorrendo ao longo de toda a década de 80, um crescimento superior ao do conjunto dos estrangeiros. "É possível, que após 1991, a taxa de variação dos brasileiros em Portugal tenha começado a decrescer em virtude da diminuição das oportunidades de emprego no quadro de uma crise conjuntural e, sobretudo, da política restritiva adotada pelo governo português no quadro da CEE." (Malheiros, 1993: 108) Tal política reflete-se nas alterações recentes observadas nas leis de imigração.

A RECENTE LEGISLAÇÃO IMIGRATÓRIA PORTUGUESA E SEU CARÁTER RESTRITIVO

Tendo em vista o estabelecimento de normas comuns para os países da CEE, foi assinado em 1990 o acordo de Schengen, pelos países que formam o Benelux (Luxemburgo, Bélgica e Holanda) e ainda pela Itália, França, Alemanha, Espanha, Grécia e Portugal. Tal acordo, visa a supressão do controle das fronteiras comuns, e prevê uma cuidadosa vigilância em relação à entrada de estrangeiros no território comunitário. Desde então, algumas medidas passaram a ser tomadas por Portugal no sentido de controlar a entrada de imigrantes, inclusive brasileiros. Em 8 de março de 1993, entrou em vigor a "Lei de Estrangeiros", Decreto-Lei nº 59/93, pelo qual todo cidadão estrangeiro, não comunitário, que pretenda visitar Portugal precisa exibir à entrada do país - se solicitado - além do passaporte em ordem, a passagem de volta ao país de origem, a quantia equivalente a U\$150,00 e mais U\$50,00 por dia de permanência prevista.

O Decreto-Lei, inspirado em legislações internas de vários países da Comunidade Européia e no acordo de Schengen,

DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS* SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA
Portugal, 1991

Faixa Etária	Pessoas	%
até 14 anos	1153	9,09
15-24 anos	6196	48,87
25-34 anos	3955	31,21
35-44 anos	392	3,09
45-54 anos	646	5,09
55-64 anos	72	0,56
acima de 64 anos	264	2,08
TOTAL	12678	100,00

* legalizados

Fonte: INE, 1991

DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES BRASILEIROS*
SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE
Portugal, 1991

Atividades	Pessoas	%
Profissionais Liberais	3194	28,41
Estudantes	3069	27,30
Empr. em Serv. de Média Qualif.	1805	16,05
Professores	1153	10,26
Setor não Ativo	819	7,28
Empr. em Serviços Ñ Qualificados	597	5,31
Outros (Religiosos, Esportistas...)	342	3,04
Comerciantes	264	2,35
TOTAL	11243	100,00

* legalizados

Fonte: INE, 1991

constitui um instrumento a serviço da Comunidade Européia contra a imigração ilegal, através de suas fronteiras externas. Também de acordo com a nova lei, a competência de expulsar cidadãos estrangeiros, ilegalmente residentes, que era até agora exclusivamente dos tribunais, é ampliada para as autoridades administrativas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). O processo de expulsão de imigrantes ilegais torna-se, dessa maneira, muito mais ágil, a exemplo do que já ocorre em outros países europeus.

O caráter restritivo da nova lei estende-se ainda à punição (criminalização) do auxílio, dado por qualquer cidadão português à imigração ilegal, até então inexistente em Portugal. Os imigrantes clandestinos ficam sujeitos a multas, detenção e expulsão, e para os agentes de imigração e empregadores de mão-de-obra ilegal, são previstas multas pesadas e prisão de até dois anos (Cap. VIII, art.93°).

No entanto, as possibilidades de fiscalização ainda são reduzidas e conforme afirmou um funcionário do SEF "... essa lei ainda deverá sofrer vários ajustes para ser amplamente aplicada." (Entrevista junto ao SEF, Coimbra 1994).

De qualquer modo, as medidas de "fechamento" das fronteiras a alguns trabalhadores brasileiros, acrescidas de conflitos decorrentes da concorrência entre imigrantes brasileiros e portugueses no mercado de trabalho local, e de expressões de xenofobia, acabaram provocando incidentes diplomáticos, com a reação das autoridades brasileiras à quebra do "Tratado dos Direitos Iguais de Cidadania", que vigorava desde 1972.

Além disso, houve manifestações contrárias também em território português, por parte de alguns setores da Igreja Católica e do Movimento de apoio ao Imigrante (MAI), que defenderam a ampliação de campanhas de regularização da situação dos imigrantes clandestinos e repudiaram a "Lei dos Estrangeiros". Em documento intitulado "Movimento Fronteira Aberta / A Pátria é a Minha Língua", elaborado por bispos católicos, foi repudiada a expulsão de clandestinos, sem direito a recurso; a detenção nos denominados centros de instalação temporária e, principalmente, "... a obrigação dos cidadãos

portugueses de comunicar à polícia, sob pena de multa, os dados pessoais de um hóspede estrangeiro em sua casa" (Portugal em Foco, Rio de Janeiro, Abril de 1993).

Até o momento, o número de expulsões e punições foi extremamente reduzido, sendo que, no caso dos brasileiros, as ocorrências foram largamente divulgadas pela imprensa.

Do lado da população portuguesa, de um modo geral, existe uma atitude bastante ambígua, em relação à questão, pois se há o temor da competição num mercado de trabalho restrito, há, por outro lado, uma simpatia para com o povo do "país irmão", que durante centenas de anos foi receptor dos emigrantes portugueses. Além do mais, coloca-se, na maioria das vezes, o caráter temporário desses movimentos migratórios realizados por uma população essencialmente jovem, de classe média e que tem no horizonte o desejo de regressar ao Brasil.

Conforme afirma Margolis (1994: 13) "Nos últimos anos, migrantes de classe média dos países em fase de industrialização se tornaram importantes participantes nessas movimentações globais, em oposição ao estereótipo dos migrantes estrangeiros como pessoas que se afastaram de sua terra natal em virtude da pobreza e da falta de esperança." Isso ocorre, à medida que um grande número de profissionais capacitados não consegue obter emprego em seus países de origem, com níveis de salários considerados compatíveis à qualificação. A migração surge então como uma possibilidade de inserção mais satisfatória, tendo em vista a mobilidade social. Para Margolis, esse é o caso típico do Brasil.

E, apesar dos protestos populares crescentes contra as ondas de imigrantes que invadem aqueles que recentemente transformaram-se em "países de imigração", existe uma realidade pela qual tais países se beneficiam desses fluxos globais e que diz respeito a uma oferta de mão-de-obra, praticamente ilimitada, muitas vezes itinerante, constituindo o que Margolis (1994) chama de "migrantes universais".

Quando a sensação de "provisoriamente" da permanência do migrante deixa de estar presente é que, ao

que tudo indica, acentuam-se os conflitos.

Nesse sentido, a tentativa de obtenção de um passaporte português ou de qualquer país da CEE significa concretamente a ameaça da permanência, da aquisição da "cidadania européia", da disputa por serviços sociais e previdenciários, da presença - enquanto grupo - de características culturais, distintas daquelas do país receptor.

As resistências que se formam, manifestam-se de diferentes maneiras, seja sob a forma de preconceito racial ou social. Mas, de maneira geral, estão cada vez mais presentes e evidenciam-se, no caso Europeu, através das medidas restritivas adotadas pela legislação dos países da Comunidade Econômica Européia.

** Lúcia Maria Machado Bógus é professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC/SP. Este Trabalho foi realizado com a colaboração de Carolina de Souza Nazareth Galesi, Bacharel em Ciências Sociais pela PUC/SP.*

NOTA

1- Este texto constitui parte de trabalho apresentado no Seminário "Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo", realizado pelo NESUR/UNICAMP. Campinas, Setembro de 1994.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, João Ferreira et AlII - "Recomposição Sócio-profissional e Novos Protagonistas", Lisboa, Mimeo, 1993.
- Bógus, Lúcia Maria Machado - "Migrantes Brasileiros na Europa Ocidental: uma abordagem preliminar", trabalho apresentado no Seminário "Emigração e Imigração no Brasil Contemporâneo", NESUR/UNICAMP. Mimeo, Campinas 1994.
- FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População - A Situação da População Mundial, USA 1993.
- _____ - Relatório Anual, USA 1993.
- Malheiros, José - "Os Estrangeiros em Portugal" in: Comunidades Indianas na AML - Geografia do Reencontro. Policap, Universidade de Lisboa (Faculdade de Letras), Lisboa, 1993.
- Margolis, Maxine L - Little Brazil, Imigrantes Brasileiros em Nova York, Papyrus Editora, São Paulo, 1993.
- Sales, Teresa - "Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações de população". Revista Brasileira de População, v. 9, número 1, p. 50-64, 1992.
- Sassen, Saskia - The mobility of labor and capital - study in International Investment and Labor Flow. Cambridge University Press, N.Y., 1988.
- Tassello, Graziano - "Itália, País de Imigrantes", in Travessia - Revista do Migrante, CEM, ano IV, nº 11, pp. 21-26, São Paulo, 1991.